



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – PARA/CASTANHAL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Sumário

1 – INTRODUÇÃO:.....	2
2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:.....	2
3 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:	3
4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:	3
5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO:	14
6 – ESTIMATIVAS DA QUANTIDADES:.....	18
7 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:.....	20
8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:.....	20
9 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:	21
10 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:	22
11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:	23
12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:.....	23
13 – IMPACTOS AMBIENTAIS:	23
14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:	24

1 – INTRODUÇÃO:

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

1.2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

2.1. O Ministério Público Federal no Pará enfrenta um desafio constante e estrutural relacionado à realização de diligências finalísticas em seu vasto território de atuação. O estado do Pará possui dimensões continentais, caracterizadas por grandes distâncias entre municípios e regiões, o que torna o deslocamento de membros e servidores uma atividade contínua e de alta complexidade logística.

2.2. A precariedade da infraestrutura viária, marcada por estradas em condições insuficientes de trafegabilidade, especialmente em áreas interioranas e de difícil acesso, intensifica os obstáculos para o cumprimento das atribuições institucionais. Muitas vezes, deslocamentos que em outros estados poderiam ser resolvidos em poucas horas acabam demandando longos períodos de viagem, aumentando os riscos operacionais e o desgaste físico e material dos envolvidos.

2.3. Adicionalmente, o modelo de veículo atualmente utilizado pelo órgão, *Jeep Compass*, tem se mostrado inadequado para a realidade do estado. Os constantes deslocamentos por estradas precárias e trechos não pavimentados ocasionaram recorrentes problemas mecânicos e alto custo de manutenção, comprometendo a disponibilidade da frota e, consequentemente, a execução das atividades finalísticas. Essa limitação evidencia a necessidade de adoção de solução mais adequada e compatível com as condições da região, direcionada a robustez da suspensão e coxins, item mais afetado quando da necessidade de trafegar nessas áreas, e a autonomia de viagem, comprometida quando os veículos funcionam a gasolina ou possuem tanque de combustível menor, como é o caso do *Jeep Compass*.

2.4. Esse cenário tem repercussões diretas na eficiência e na efetividade das ações do MPF, prejudicando a realização de diligências presenciais imprescindíveis à defesa da ordem jurídica, dos direitos fundamentais e do patrimônio público, especialmente nas regiões afastadas dos centros urbanos no estado. A continuidade dessa situação compromete a tempestividade das atividades ministeriais e dificulta o atendimento adequado às demandas sociais.

2.5. Assim, a contratação ora proposta se justifica como medida essencial para superar esse entrave estrutural, assegurando suporte adequado ao deslocamento no interior do estado e garantindo maior eficiência, segurança e regularidade na atuação institucional. Trata-se, portanto, de uma solução que atende ao interesse público, na medida em que viabiliza o pleno exercício das funções constitucionais do Ministério

Público Federal no Pará, com impacto positivo direto na proteção dos direitos da população e na promoção da justiça.

3 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

3.1. A presente contratação não consta originalmente no Plano Anual de Contratações (PCA) do exercício de 2025. Entretanto, considerando a relevância da demanda e a urgência em solucionar os problemas enfrentados com o deslocamento no interior do Estado do Pará, já foi formalizada a inclusão da contratação junto ao sistema Cosmos para o PCA 2026, sob a Id: 47442 e na Procuradoria-Geral da República (PGR).

3.2. Dessa forma, ainda que a iniciativa não estivesse inicialmente prevista no PCA vigente, foram adotadas as providências necessárias para regularizar a previsão orçamentária e garantir a compatibilidade com o planejamento institucional.

3.3. A presente contratação está alinhada aos seguintes objetivos estratégicos estabelecidos no Planejamento Estratégico do MPF para o período de 2024 a 2027, instituído pela PORTARIA PGR/MPF Nº 843, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024:

- ✓ OE 2 - contribuir para a pacificação de conflitos e priorizar a atuação resolutiva.

Esse Objetivo estratégico do MPF, quando trazido à realidade do Pará, está severamente interligado à presença física dos componentes do MPF em regiões de difícil acesso, com ausência contumaz do Estado brasileiro e suas estruturas de defesa dos direitos humanos. Deve-se frisar que regionalmente o estado abriga inúmeras comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, com disputa territorial intensa com grupos econômicos. É nessa via que o MPF/PA deve estar presente nos esforços de composição pela via extrajudicial, quando assim for o mais indicado, mas também pela via da coleta de provas para indiciamentos em situações que couber.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Da natureza da contratação:

4.1.1. Em face ao DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018, os serviços que formam o escopo desta contratação serão objeto de execução indireta.

4.1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns e contínuos, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e são decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas para manutenção da atividade administrativa do órgão, conforme preconiza a LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, Art. 6º, Inciso XIII.

4.2. Dos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

4.2.1. LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

4.2.2. LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

4.2.3. DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

4.2.4. PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024, que regulamenta os arts. 82 a 86 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito do Ministério Público da União.

4.2.5. PORTARIA PGR/MPU Nº 100, DE 31 DE MAIO DE 2023, que regulamenta o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Ministério Público da União;

4.2.6. PORTARIA Nº 174, DE 20 DE MARÇO DE 2019, que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal;

4.2.7. PORTARIA PGR/MPU Nº 28, DE 16 DE MARÇO DE 2023, que regulamenta o § 3º do art. 8º da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, para dispor sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Ministério Público da União.

4.2.8. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.2.9. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018, que dispõe sobre os serviços de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal;

4.3 Da Sustentabilidade:

4.3.1 Sustentabilidade Ambiental:

4.3.1.1. Como critério de sustentabilidade na perspectiva ambiental, deverá:

- ✓ Durante a execução dos serviços, adotar boas práticas de otimização dos recursos, primando pela redução de desperdícios;

- ✓ Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas internas da CONTRATANTE relativa à segurança e proteção ambiental;
- ✓ Atender às disposições estabelecidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, e no DECRETO Nº 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambientais, assim como na LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- ✓ Realizar a manutenção preventiva e corretiva em oficinas credenciadas e ambientalmente licenciadas, garantindo a destinação adequada de resíduos (óleo, pneus, baterias e peças substituídas).

4.3.2. Sustentabilidade Social:

4.3.2.1. Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros.

4.3.2.2. Não empregar menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

4.3.2.3. Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos Arts. 1º e 170 da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, nos Arts. 149, 203 e 207 do DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), DECRETO Nº 5.017, DE 12 DE MARÇO DE 2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nºs 29 e 105;

4.3.2.4. Ao longo de toda a execução do contrato, cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme determina o Art. 116 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

4.3.3. Sustentabilidade Econômica:

4.3.3.1. Considerando que o valor global estimado da contratação não se insere no regramento do Art. 48 inc. I, da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, que disciplina a realização de processos licitatórios destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano, a licitação será realizada com ampla participação de empresas, sendo aplicável às participantes que se enquadrem como

microempresas e empresas de pequeno porte os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

4.4 Da vigência:

4.4.1. Os serviços de locação de veículos possuem natureza contínua, nos termos do art. 6º, inciso XV, da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. Em razão dessa característica, o contrato poderá ser prorrogado por até 10 anos, conforme previsto no art. 107 da referida Lei.

4.4.2. A adoção de uma vigência inicial mais extensa, como a de 60 meses permitida pelo art. 106 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, traz benefícios operacionais e econômicos tanto para a Administração quanto para a futura CONTRATADA. Do ponto de vista econômico, prazos contratuais mais longos permitem a diluição dos custos iniciais da CONTRATADA ao longo de um período maior, o que viabiliza a apresentação de propostas com valores mensais mais competitivos. Essa perspectiva também favorece a previsibilidade de receita, o que tende a tornar o certame mais atrativo para empresas qualificadas.

4.4.3. Adicionalmente, prazos mais longos reduzem a necessidade de realização frequente de procedimentos de prorrogação ou de novas licitações, o que representa ganho de eficiência administrativa e otimização dos recursos humanos envolvidos na gestão contratual.

4.4.4. Diante desses fatores, ganhos de escala, previsibilidade, continuidade do serviço e redução de custos operacionais, sugere-se que a vigência inicial do contrato seja de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por até 10 anos, conforme previsto no art. 107 da referida Lei.

4.5 Da subcontratação:

4.5.1. Não será admitida a subcontratação.

4.6 Da garantia contratual:

4.6.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

4.7 Da Participação de licitantes em Consórcio:

4.7.1. As dimensões técnicas e financeiras da presente contratação são dissonantes à atuação de sociedades/entidades empresariais reunidas em consórcio, porquanto não envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, razão pela qual não será admitida a participação de licitantes reunidas em consórcio.

4.8 Das Pessoas física e Microempreendedores Individuais (MEIs):

4.8.1. Considerando a capacitação e estrutura das pessoas naturais e dos MEIs:

- ✓ **Capacidade Técnica e Administrativa:** Sociedades empresárias constituídas possuem maior capacidade técnica e administrativa para gerenciar contratos complexos, incluindo a supervisão, treinamento e gestão de equipe. Pessoas físicas e MEIs geralmente não dispõem dessa estrutura, o que pode resultar em deficiências na execução dos serviços.
- ✓ **Recursos Humanos:** Organizações especializadas têm acesso a uma maior diversidade de profissionais qualificados e podem alocar recursos humanos conforme necessário para atender às demandas do MPF/PA. Pessoas físicas e MEIs, por sua natureza, possuem limitações na quantidade e qualificação dos trabalhadores disponíveis.
- ✓ **Responsabilidade Civil:** A contratação de sociedades proporciona maior segurança quanto à responsabilidade civil em casos de acidentes ou danos durante a prestação dos serviços. Essas têm condições de oferecer garantias contratuais e seguros de responsabilidade civil, ao contrário de pessoas físicas e MEIs.
- ✓ **Mitigação de Riscos:** A proibição de participação de pessoa física e MEIs mitiga riscos de interrupção dos serviços devido à instabilidade financeira, garantindo assim a continuidade e a qualidade dos serviços terceirizados.
- ✓ **Cumprimento de Normas:** Sociedades empresárias especializadas estão mais bem equipadas para garantir o cumprimento das normas e regulamentações específicas, incluindo aspectos de saúde e segurança do trabalho, legislações trabalhistas e ambientais. Pessoas físicas e MEIs podem ter dificuldades em manter-se atualizados e em conformidade com todas essas exigências.

4.8.2. Por todo o exposto, a proibição da participação de pessoa física e MEI na licitação em questão é essencial para assegurar a qualidade, segurança e continuidade dos serviços. Tal restrição garante que somente entidades com capacidade técnica, administrativa, financeira e jurídica adequadas participem do processo licitatório, protegendo o interesse público e a eficiência da administração pública.

4.9. Da Qualificação Técnica:

4.9.1. A exigência de habilitação técnica tem como objetivo assegurar que a pessoa jurídica contratada possua a experiência e a competência necessárias para executar os serviços de forma adequada. As justificativas para esta exigência são:

- ✓ **Qualidade dos Serviços:** Empresas tecnicamente habilitadas são capazes de fornecer mão de obra qualificada, o que se traduz em serviços de maior qualidade e eficiência.
- ✓ **Experiência Comprovada:** A exigência de comprovação de experiência anterior em contratos similares garante que a sociedade empresária possui conhecimento e prática na execução das atividades requeridas, minimizando riscos de falhas e retrabalho.

4.9.2. A habilidade técnica assegura que a sociedade empresária está familiarizada e cumpre com as normas e regulamentações vigentes.

4.10. Das condições de habilitação econômico-financeira:

4.10.1. A exigência de habilitação financeira visa garantir que a futura contratada possua saúde financeira para suportar os custos operacionais do contrato e evitar interrupções nos serviços prestados. As justificativas para esta exigência são:

- ✓ **Redução de Riscos:** A verificação da situação financeira das licitantes reduz o risco de inadimplência e de falência, o que poderia causar prejuízos ao erário e à continuidade dos serviços;
- ✓ **Solidez Financeira:** Entidades financeiramente estáveis têm maior capacidade de absorver custos iniciais e eventuais imprevistos, assegurando a continuidade dos serviços.

4.11. Das características dos veículos:

- ✓ 7 lugares;
- ✓ Combustível diesel, proporcionando maior autonomia e diminuindo a necessidade de abastecimento em postos ao longo da estrada, proporcionando a diminuição dos riscos com combustíveis adulterados;
- ✓ Com motorização a partir de 2.4 turbo e no mínimo 180 CV de potência, para utilização em atoleiros e terrenos adversos;
- ✓ Tração 4x4, para utilização em atoleiros e terrenos adversos;
- ✓ Câmbio automático com pelo menos 6 marchas;
- ✓ Bancos em couro, facilitando a limpeza;
- ✓ Ar-condicionado independente para os bancos traseiros, proporcionando climatização adequada ao clima no estado do Pará;
- ✓ Direção, hidráulica ou elétrica, aumentando a manobrabilidade;
- ✓ Controle de estabilidade e Tração, proporcionando maior segurança em terreno adverso;
- ✓ Suspensão dianteira do tipo braços duplos triangulares, proporcionando maior rigidez, estabilidade, dirigibilidade, desempenho e alinhamento das rodas em terreno adverso, quando comparadas as suspensões do tipo *MacPherson*, aumentando a robustez do conjunto dianteiro, muito prejudicado em viagens para áreas afastadas de difícil acesso e terreno muito irregular;
- ✓ Partida: remota;

- ✓ Faróis Automáticos;
- ✓ Mala com capacidade mínima de 500 litros (com a última fileira rebatida);
- ✓ Rodas com no mínimo aro 18;
- ✓ Tela multimídia;
- ✓ Mínimo de 6 airbags, com aumento da segurança interna nos diferentes tipos de colisões;
- ✓ Acendimento automático dos faróis;
- ✓ Frenagem automática de emergência;
- ✓ Sistema de freios a disco nas 4 rodas com tecnologia ABS ou superior;
- ✓ Tanque de combustível com capacidade para no mínimo 66 litros, aumentando a autonomia para uso em maiores distâncias, diminuindo as necessidades de abastecimento em postos de combustível com procedência duvidosa.

4.12. Da franquia (quilometragem):

4.12.1. Considerando a maior concentração de viagens longas nesses veículos mais robustos, bem como a padronização fornecida pelas empresas prestadoras, **a franquia mensal estabelecida para os veículos entregues deverá ser de 2.000 km/m.**

4.12.2. No período em que o somatório de quilometragem dos dois veículos for inferior à franquia mensal (2.000 km), os quilômetros não utilizados até esse limite serão computados como "créditos de quilômetros", que poderão ser utilizados para abater a quantia de quilômetros excedentes em meses posteriores. Esse crédito de quilômetros será utilizado pela fiscalização em qualquer período dentro da vigência contratual.

4.12.3. Considerando ainda a atualização dos veículos, bem como a sua durabilidade e a necessária redução de manutenções do tipo corretivas, fica estabelecido o prazo de 4 anos corridos ou 100.000 km rodados para que a empresa realize a substituição do automóvel por outro zero km, nas mesmas condições estabelecidas.

4.13. Do seguro:

4.13.1. Além da cobertura veicular, a contratada deverá responsabilizar-se também pela cobertura contra danos materiais e pessoais ocasionados a terceiros, já incluída no valor mensal da locação, para tanto, disponibilizar os veículos com seguro total, conforme descrição abaixo, sem franquia, e havendo franquia quando acionado o seguro, o pagamento ficará a cargo da CONTRATADA, e posteriormente solicitará da CONTRATANTE reembolso do valor pago, devidamente comprovado.

- ✓ **Modalidade de Contratação do Seguro:**

- Total;
- Valor determinado ou Valor Mercado Referenciado – VMR (100% Tabela FIPE);

✓ **Modalidade de Cobertura:**

- Colisão, Incêndio, roubo e furto RCF-V e APP-V

✓ **Responsabilidade Civil Facultativa – Veículo – RCF – V:**

- Danos materiais: **R\$ 200.000,00**
- Danos morais: **R\$ 150.000,00**

✓ **Indenização por Acidente, Condutor, Passageiros e Terceiros:**

- Morte por pessoa: **R\$ 150.000,00**
- Invalidez Permanente Por/Pessoa **R\$ 150.000,00**

4.13.2. Aos condutores será atribuída a responsabilidade pelo cometimento de infração de trânsito, aos quais caberá o pagamento da multa pela parte, independentemente de qualquer outra penalidade cabível.

4.13.3. Ao servidor público que cometer infração, serão aplicadas as penalidades estabelecidas na legislação pertinente.

4.13.4. Será instaurado, quando necessário, sindicância ou processo administrativo disciplinar, em caso de uso irregular de veículo ou em que haja acidente que resulte em danos ao erário ou a terceiros, com o fito de apurar a responsabilidade.

4.13.5. Do pagamento de franquia: Na ocorrência de sinistro em que não se verifique a culpa do condutor do veículo locado (havendo culpa de terceiros), a responsabilidade pela franquia e pelo reparo do veículo será exclusivamente da seguradora, ou, em não estando esta condição prevista na apólice de seguro, da própria CONTRATADA.

4.13.6. A Contratada, na entrega dos veículos, deverá apresentar a apólice de seguro, de todos os veículos entregues.

4.14. Das manutenções:

4.14.1. As manutenções preventivas e corretivas dos veículos, bem como os serviços necessários ao perfeito funcionamento do veículo são parte integrante do serviço contratado, não cabendo à Administração reembolso de custos decorrentes da execução desse serviço que compreendem, entre outros:

- ✓ Acessórios e equipamentos;
- ✓ Pneus, alinhamento e balanceamento;

- ✓ Troca de óleo, de filtros, acerto de nível de óleo;
- ✓ Lavagem dos veículos, enceramento/polimento, lavagem de estofamentos e carpetes;
- ✓ Serviço de borracharia;
- ✓ Serviço de manutenção, incluindo peças necessárias utilizadas pelo fabricante dos veículos;
- ✓ Encargos, taxas, licenciamento, documentação, seguros de qualquer espécie;
- ✓ Tributos, encargos e demais incidências, diretos ou indiretos, não importando a natureza, que recaiam sobre o serviço deste Termo de Referência;
- ✓ Manutenção dos aparelhos de ar-condicionado instalados nos veículos, compreendendo inclusive, a limpeza do sistema e a troca de filtro periodicamente, conforme recomendado pelo fabricante.

4.14.2. **Semanalmente** os veículos utilizados no serviço deverão passar por limpeza, com aspiração interna, lavagem de carpetes e painel, lavagem da pintura externa do veículo, para-brisas, retrovisores e pneus;

4.14.3. **Trimestralmente** os veículos devem receber limpeza completa, compreendendo: aspiração interna, lavagem de carpetes e painel, lavagem externa superior e inferior, para-brisas, retrovisores e pneus, enceramento e polimento da pintura;

4.14.4. A substituição por veículo reserva, quando solicitado pela CONTRATANTE, deverá ser realizada no prazo máximo de até 3 (três) horas, a partir da comunicação de solicitação de substituição;

4.15. Dos encargos, taxas, multas, licenciamento e documentação:

4.15.1. Os veículos utilizados no serviço devem estar com a documentação em dia, em especial, Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT);

4.15.2. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes das infrações de trânsito na condução dos veículos locados e solicitar reembolso dos valores junto à CONTRATANTE, quando o condutor for comprovadamente servidor público da CONTRATANTE.

4.16. Do sistema de Registro de Preços e não aceitação de partícipes e caronas:

4.16.1. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme o art. 82 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, é a modalidade mais vantajosa para a contratação de veículos por assinatura (locação) no âmbito do MPF no Pará, com base nos seguintes argumentos:

4.16.1.1 Flexibilidade e atendimento à demanda variável e descentralizada: A natureza da demanda do MPF é variável, pois as necessidades de veículos podem flutuar em termos de demandas. O SRP permite que as unidades do Ministério Público Federal na região Norte firmem um compromisso de preço e condições (Ata de Registro de Preços – ARP) sem a obrigação de adquirir de imediato a quantidade total estimada, possibilitando a contratação dos serviços de locação somente quando e na medida da necessidade efetiva (art. 82, inciso I). Essa flexibilidade é crucial para a gestão de recursos públicos, pois evita ociosidade ou a contratação de capacidade desnecessária;

4.16.1.2. Garantia de preços competitivos e eficiência na contratação: O SRP promove a obtenção de preços mais vantajosos por meio da realização de uma única licitação, cuja competitividade é potencializada pela possibilidade de contratação da quantidade a ser contratada (considerando a estimativa de **22 veículos**). A formalização do serviço por meio de uma ARP agiliza as contratações futuras durante a vigência da ARP, pois dispensa a repetição do processo licitatório a cada nova demanda das unidades do Ministério Público Federal na região Norte resultando em economia de tempo e recursos administrativos. Isto está em consonância com o princípio da eficiência e da economicidade, previstos no art. 5º da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

4.16.2. A PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 reitera as condições da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 para o uso do SRP:

4.16.2.1. O MPF/PA é o Órgão Gerenciador e atenderá às demandas da Procuradoria da República – Pará/Castanhal (PR/PA) e as Procuradorias da República nos Municípios – PRM's (Santarém, Marabá e Altamira), bem como das demais unidades que fazem parte como Órgãos Partícipes, **nos termos do subitem 5.1 deste documento** fazendo com que o uso do SRP atenda às demandas descentralizadas dessas unidades, que fazem parte da mesma estrutura orçamentária – Ministério Público Federal

4.16.2.2. O SRP será preferencialmente adotado quando a aquisição de bens ou contratação de serviços, por sua natureza, dentre outras, obter preços registrados. A locação de veículos por assinatura é um serviço continuado, flexível ao longo do ano (a depender das demandas), validando o uso do SRP para celeridade e economia processual.

4.16.3. A decisão de não aceitar a participação de outros órgãos ou entidades da administração direta ou indireta (sejam esses da esfera federal, estadual, municipal ou distrital); bem como de outras esferas do Ministério Público da União (Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios), não participantes da Ata (caronas) e de limitar a adesão de órgãos participantes (partícipes) deve-se pela necessidade de garantir a viabilidade da contratação e a qualidade da prestação do serviço, conforme o art. 86 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, bem como a regulamentação do MPF.

4.16.3.1. Impacto na exequibilidade do Contrato e riscos à prestação do serviço: A natureza da locação de veículos por assinatura exige que a empresa contratada mantenha uma estrutura logística e uma frota disponível para atender rapidamente às requisições de veículos com características específicas (ex: substituição imediata, manutenção). A adesão descontrolada (carona) por outros órgãos ou entidades, que não tiveram suas demandas previamente estimadas e incluídas no quantitativo total, pode desvirtuar o objeto da licitação e comprometer a capacidade da empresa em cumprir o contrato firmado com as unidades do Ministério Público Federal na região Norte. **O aumento inesperado e substancial da demanda total** pode levar ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, à falta de veículos disponíveis ou à deterioração da qualidade do serviço prestado ao órgão, o que contraria o interesse público e a continuidade do serviço essencial do MPF.

4.16.3.2. A LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 estabelece que a adesão deve ser regulamentada e limitada para não comprometer a contratação principal (art. 86, § 5º). O MPF, como órgão promotor da licitação, deve agir com cautela para proteger seu interesse primário, que é a contratação eficaz e ininterrupta do serviço para suas unidades. A exclusão do 'carona' e a limitação de partícipes é uma medida de gestão de risco que visa assegurar que o quantitativo licitado não exceda a capacidade logística da futura contratada para atender à demanda prioritária das unidades do Ministério Público Federal na região Norte, garantindo assim o melhor resultado à Administração Pública, conforme o princípio do planejamento e da segurança jurídica.

4.16.4. A PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 fortalece as justificativas inseridas acima:

4.16.4.1. O órgão gerenciador (o MPF/PA, neste caso, ao licitar) deve realizar a verificação da capacidade do fornecedor em atender aos quantitativos solicitados pelo órgão não participante, sem prejuízo das obrigações contratuais prioritárias.

4.16.4.2. A natureza do serviço de locação de veículo por assinatura poderá ser altamente sensível à capacidade logística do fornecedor, haja visto que isso comprometeria o quantitativo estimado às unidades do Ministério Público Federal na região Norte, já que seria o limite de exequibilidade para garantir a qualidade mínima necessária à prestação dos serviços. Ou seja, o risco de admitir caronas seria inviável para o atendimento prioritário e eficiente do Órgão Gerenciador e Órgãos Partícipes.

4.16.4.3. A soma dos quantitativos contratados por Órgãos não participantes (caronas) não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata para o órgão gerenciador e participantes. Mesmo havendo limite legal, a prerrogativa do órgão gerenciador de não autorizar a adesão se mantém como medida de gestão de risco, conforme o Art. 86, da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 (aceitação pelo órgão ou entidade gerenciadora). A Portaria MPU reforça que essa aceitação deve ser precedida de análise da capacidade do fornecedor.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Solução I	Descrição	Vantagens	Desvantagens
Manutenção da frota atual (<i>Jeep Compass</i>)	Permanecer utilizando os veículos já existentes, intensificando a manutenção preventiva e corretiva.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não demanda investimento imediato em novos veículos. ✓ Aproveitamento de patrimônio já adquirido. ✓ Menor esforço administrativo em termos de contratação. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Veículos inadequados para as condições viárias do Pará (baixa robustez e autonomia). ✓ Depreciação avançada da frota. ✓ Alta frequência de quebras e elevado custo de manutenção. ✓ Reduzida disponibilidade da frota. ✓ Risco de comprometer diligências e prazos institucionais. ✓ Risco elevado relacionado à disponibilidade de oficinas credenciadas dentro do contrato de gestão de frota responsável pela manutenção preventiva, para manutenção das garantias.

Solução II	Descrição	Vantagens	Desvantagens
<p>Locação de veículos adequados (SUVs 4x4, motor a diesel, maior altura livre do solo)</p>	<p>Contratação de empresa especializada para fornecer veículos em regime de locação, com manutenção inclusa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Frota sempre atualizada. ✓ Aquisição local, observando as especificações necessárias para o caso. ✓ Substituição imediata em caso de avarias. ✓ Manutenção incluída no contrato. ✓ Impostos e licenciamento inclusos no valor. ✓ Diminuição considerável dos esforços de gestão da frota, como seguros, licenciamento e manutenções preventivas e algumas corretivas, em razão da terceirização para a empresa. ✓ Mitiga fortemente riscos relacionados ao contrato de gestão de frota, usualmente problemático na sua atuação no interior do estado. ✓ Dispensa a imobilização de capital, podendo ser destinado a outros fins de interesse público. ✓ Flexibilidade contratual (possibilidade de ajuste de quantidade). ✓ Veículos Reserva ✓ Telemetria para controle da quilometragem. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Imobilização do valor mensal no custeio básico da unidade. ✓ Necessita previsão no custeio dos anos seguintes como um contrato continuado. ✓ Dependência da empresa contratada, necessitando de tratamento diferenciado ao risco. ✓ Necessidade de novas licitações periódicas. ✓ Necessita de uma atenção especial para início do contrato, na disponibilização dos serviços.

Solução III	Descrição	Vantagens	Desvantagens
<p>Aquisição de veículos robustos (SUVs 4x4, motor a diesel, maior altura livre do solo)</p>	<p>Compra de veículos projetados para tráfego em estradas de terra e condições severas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adequação plena ao ambiente do interior do Pará. ✓ Veículos no padrão do MPF, não atendem às especificidades locais. ✓ Redução de custos de manutenção no médio/longo prazo. ✓ Frota passa a integrar o patrimônio público. ✓ Maior independência logística. ✓ Não imobiliza o custeio básico da unidade 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Exige alto investimento inicial, não disponível no MPF por anos. ✓ A frota depreciará sem garantia de substituição. ✓ Alta dependência da administração central na distribuição e referenciamento correto dos veículos. Falta de atenção às peculiaridades locais, estabelecendo padrões nacionais que não atendem as PRMs e locais afastados. ✓ Necessidade de previsão orçamentária no PCA. ✓ Administração assume responsabilidade pela manutenção. ✓ Administração assume responsabilidade pelo licenciamento e seguros ✓ Renovação da frota depende de novos processos aquisitivos. ✓ Licitação mais complexa, com dificuldades recorrentes na gestão das habilitações, o que demandará maior tempo de planejamento.

5.1. Após a análise das alternativas disponíveis, optou-se pela locação de veículos por assinatura, por entender adequada às condições viárias do Estado do Pará (*SUVs 4x4*) e como solução mais vantajosa para atender às necessidades do Ministério Público Federal.

5.2. A opção pela aquisição de veículos, (Solução III), encontra óbice quanto à inexistência de recursos orçamentários em montante suficiente [(uma vez que a necessidade mínima de veículos é de 06 (seis) unidades)] para investimento em patrimônio neste exercício e vindouros, bem como a necessidade imediata de dar solução ao caso.

5.3. A manutenção da frota atual (Solução I), composta por veículos *Jeep Compass*, mostrou-se inviável diante da inadequação desses modelos para as condições das vias não pavimentadas e precárias do interior do Pará. A experiência prática evidenciou alta frequência de avarias, elevação dos custos de manutenção e indisponibilidade recorrente dos veículos, comprometendo diretamente a realização de diligências finalísticas.

5.4. Nesse contexto, a locação **(Solução II)** apresenta-se como a solução mais eficiente e efetiva, pois garante veículos atualizados, adequados às condições de tráfego nas estradas e com substituição imediata em caso de falhas mecânicas, reduzindo o risco de paralisação das atividades. Outro ponto relevante é a terceirização da gestão da frota, que transfere para a empresa contratada a responsabilidade por manutenção, impostos, seguros, documentação e demais encargos, desonerando servidores dessas tarefas administrativas e permitindo que concentrem esforços nas atividades estratégicas da instituição.

5.5. Portanto, a locação de veículos por assinatura 4x4 é a alternativa que melhor equilibra a viabilidade orçamentária, adequação técnica e eficiência operacional, assegurando a continuidade e a qualidade das ações institucionais do MPF no Estado do Pará.

6 – ESTIMATIVAS DA QUANTIDADES:

6.1. A distribuição dos veículos será realizada observando a seguinte tabela:

Condição do Órgão	Unidade Administrativa	Local/Cidade	Quantidade	Total por Órgão
ÓRGÃO GERENCIADOR	PROCURADORIA DA REPÚBLICA – PARÁ/CASTANHAL (PR/PA)	Belém	02	06
		Santarém	02	
		Marabá	01	
		Altamira	01	
ÓRGÃO PARTÍCIPE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA	Porto Velho	02	03
		Ji-Paraná	01	
ÓRGÃO PARTÍCIPE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO	Cuiabá	02	06
		Cáceres	01	

		Barra do Garças	01	
		Rondonópolis	01	
		Sinop	01	
ÓRGÃO PARTÍCIPE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAPÁ	Macapá	02	02
ÓRGÃO PARTÍCIPE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA	Boa Vista	02	02
ÓRGÃO PARTÍCIPE	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO	São Luís	01	03
		Imperatriz	01	
		Caxias	01	
TOTAL				22

7 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#)).

7.2. A determinação do valor estimado da contratação de veículo por assinatura para o Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) foi realizada em estrita observância ao disposto no art. 23, § 1º, da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#) (NLLC) e, em especial, à [PORTARIA PGR/MPU Nº 100, DE 31 DE MAIO DE 2023](#), que regulamenta o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços no âmbito do Ministério Público da União.

7.3. A pesquisa de mercado foi conduzida pela Equipe de Planejamento, conforme as orientações regulamentares. Foram consultadas fontes diversas, incluindo painéis de preços, contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública e/ou pesquisa direta com fornecedores do mercado especializado.

7.4. Os preços coletados foram submetidos à análise crítica, conforme previsto na [PORTARIA PGR/MPU Nº 100, DE 31 DE MAIO DE 2023](#). O método utilizado para a definição do valor estimado, adotado por ser considerado o mais vantajoso e adequado, foi a mediana dos preços válidos obtidos na pesquisa. Foram desconsiderados os valores que se apresentaram inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, visando mitigar o risco de sobrepreço e garantir a atratividade do certame.

7.5. O Valor Estimado Total da Contratação de veículo por assinatura às unidades do Ministério Público Federal na região Norte foi fixado em R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais) – por veículo.

7.6. Esse valor representa o preço máximo que será aceito pela Administração, devendo contemplar a integralidade dos custos necessários à perfeita execução do objeto (serviço de assinatura de veículos), incluindo, mas não se limitando a: custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

7.7. O custo estimado foi validado com o objetivo de avaliar a viabilidade econômica da contratação e servirá como referência para o julgamento da aceitabilidade da proposta e, se for o caso, para a fase de negociação, podendo ser aplicada contraproposta ao fornecedor classificado em primeiro lugar se o preço final estiver acima do estimado pela Administração.

8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

8.1. A solução proposta visa à contratação de empresa especializada na prestação contínua de serviço de locação de veículos novos, sem condutor. O modelo de locação, em vez da aquisição, é a alternativa mais vantajosa economicamente e tecnicamente para atender às necessidades do Ministério Público Federal no Pará. Essa modalidade

transfere para a empresa contratada a responsabilidade integral sobre a frota, incluindo todos os encargos operacionais e administrativos.

8.2. Dessa forma, o serviço de locação incluirá, sob a responsabilidade da contratada, os seguintes itens:

8.2.1. Emplacamento, IPVA e taxas: A contratada será responsável por todos os procedimentos e custos relacionados ao emplacamento dos veículos e ao pagamento anual de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e demais taxas.

8.2.2. Gestão de reparo de avarias: A contratada deverá gerenciar e executar todos os reparos necessários para avarias decorrentes do uso.

8.2.3. Manutenção preventiva (revisões programadas): A contratada será responsável pela realização de todas as revisões programadas dos veículos, conforme cronograma do fabricante, garantindo o bom funcionamento e a segurança.

8.2.4. Manutenção corretiva (desgaste natural): A contratada deverá cobrir os custos e realizar os reparos de manutenção corretiva, decorrentes do desgaste natural dos componentes dos veículos.

8.2.5. Seguro completo: Os veículos deverão contar com seguro total, cobrindo roubo, furto, danos a terceiros, vidros, lanternas e responsabilidade civil, entre outros, a fim de mitigar riscos financeiros para a Administração Pública.

8.2.6. Características dos veículos: Os veículos a serem fornecidos devem ser zero quilômetro, do tipo *SUV* – 7 lugares – com tração 4x4, motorização a diesel e na cor preta, atendendo às especificações técnicas necessárias para as condições de rodagem na região.

8.2.7. Carro reserva: Em caso de necessidade de manutenção corretiva prolongada, a contratada deverá fornecer um veículo reserva com as mesmas características e condições do veículo principal, assegurando a continuidade das atividades do órgão.

9 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

9.1. A contratação unificada, sem parcelamento e em GRUPO ÚNICO, apresentou-se como a alternativa mais vantajosa para a contratação dos serviços de locação de veículos para as unidades do MPF no Pará, em função dos seguintes aspectos:

- ✓ **Prejuízo à Economia de Escala:** A contratação de um único fornecedor para um volume maior de veículos e para um período mais longo permite que a empresa contratada ofereça preços mais competitivos, refletindo a economia de escala. O parcelamento resultaria em contratos de menor valor e com menos veículos, o que não seria atrativo para empresas de grande porte e poderia elevar os custos unitários.

- ✓ **Melhora na Qualidade e no Controle:** Uma contratação unificada permite um melhor monitoramento da qualidade dos serviços prestados. A prestadora de serviço, tendo uma visão completa da frota, pode atuar de forma mais proativa na gestão e na prevenção de problemas. O acompanhamento de múltiplos contratos seria mais complexo e dificultaria a gestão eficaz.
- ✓ **Facilidade na Fiscalização e Gestão Contratual:** Um contrato unificado simplifica a gestão e fiscalização dos serviços prestados, permitindo um controle mais eficiente do cumprimento das obrigações contratuais. Com um único contrato, o MPF no Pará poderá centralizar a supervisão e exigir relatórios gerenciais padronizados, facilitando o acompanhamento da execução do serviço e a aplicação de eventuais sanções contratuais, caso necessário;
- ✓ **Previsão Legal e Técnica:** A Lei nº 14.133/2021 prevê que o fracionamento da contratação deve ser adotado apenas quando ele resultar em maior economicidade e eficiência. No caso específico, a segmentação da contratação não proporciona benefícios financeiros ou operacionais à Administração, mas sim o risco de elevação de custos e de despadronização da execução contratual.

10 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

10.1. A contratação da locação de veículos adequados às condições do Estado do Pará e às unidades do Ministério Público Federal na região Norte objetiva alcançar resultados concretos em três dimensões estratégicas: segurança, economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

a) Em termos de segurança:

- ✓ Garantir que membros e servidores do Ministério Público Federal realizem seus deslocamentos em veículos mais robustos, resistentes e compatíveis com as condições adversas das estradas, reduzindo riscos de acidentes e de interrupções inesperadas nas diligências.
- ✓ Elevar a confiabilidade da frota por meio da substituição imediata de veículos em caso de falhas mecânicas, assegurando continuidade das atividades institucionais.
- ✓ Diminuir a dependência de abastecimentos muito frequentes e combustível de qualidade ao longo das vias, especialmente em regiões afastadas.

b) Em termos de economicidade:

- ✓ Reduzir custos decorrentes da manutenção corretiva e das constantes paradas de veículos inadequados, que oneram a instituição e comprometem a disponibilidade da frota.

- ✓ Evitar elevado dispêndio de recursos com aquisição de veículos novos, já que não há orçamento previsto para esse tipo de investimento no exercício, tornando a locação a alternativa mais vantajosa sob o ponto de vista financeiro.
- ✓ Minimizar riscos de obsolescência da frota, pois a locadora é responsável por fornecer veículos atualizados e em condições de uso.

c) Em termos de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros:

- ✓ Desonerar os servidores das atividades administrativas relacionadas à gestão da frota (manutenção, seguros, impostos, documentação e controle de disponibilidade), permitindo o redirecionamento de esforços para as atividades finalísticas da instituição.
- ✓ Racionalizar o uso de recursos materiais e financeiros, uma vez que os custos de manutenção, seguros e substituições ficam a cargo da contratada, proporcionando maior previsibilidade orçamentária
- ✓ Ampliar a eficiência da atuação institucional ao garantir meios adequados e confiáveis de transporte, indispensáveis para a execução de diligências em todo o território do Pará.

10.2. Com isso, espera-se que a contratação proporcione um ambiente mais seguro e eficiente para a execução das atribuições constitucionais do MPF, assegurando melhor uso dos recursos públicos e aprimorando a qualidade do serviço prestado à sociedade.

11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

11.1. Não foram identificadas providências prévias ao contrato.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

12.1. Não foram identificadas contratação correlatas/interdependentes.

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS:

13.1. A opção pela locação de veículos adequados às condições viárias do Estado do Pará apresenta vantagens também sob a ótica da sustentabilidade. O contrato possibilita a utilização de veículos novos ou seminovos, em conformidade com as exigências legais de eficiência energética e emissões estabelecidas pelo [Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular \(PBEV\) do INMETRO](#), contribuindo para a redução do consumo de combustíveis fósseis e da emissão de gases de efeito estufa.

13.2. Adicionalmente, a substituição periódica dos veículos durante a vigência contratual garante que a frota utilizada pelo Ministério Público Federal esteja sempre atualizada, evitando a utilização prolongada de automóveis obsoletos, com maiores níveis de poluentes e menor eficiência energética.

13.1.1. Impactos ambientais esperados:

- ✓ Emissão de gases poluentes decorrentes da queima de combustíveis fósseis durante os deslocamentos;
- ✓ Geração indireta de resíduos sólidos provenientes da manutenção e descarte de peças e pneus;
- ✓ Possível aumento do tráfego em áreas ambientalmente sensíveis durante as diligências em regiões interioranas.

13.1.2. Medidas mitigadoras previstas:

- ✓ Estabelecer que a manutenção preventiva e corretiva seja realizada pela contratada em oficinas credenciadas e ambientalmente licenciadas, garantindo a destinação adequada de resíduos (óleo, pneus, baterias e peças substituídas);
- ✓ Priorizar, sempre que possível, a adoção de práticas de condução econômica (*eco-driving*) pelos motoristas/condutores, de modo a reduzir o consumo de combustível e a emissão de poluentes;
- ✓ Avaliar a viabilidade de utilização de biocombustíveis para parte da frota, em consonância com a legislação ambiental vigente.

13.3. Dessa forma, a contratação contribui para alinhar a atuação do MPF às diretrizes de responsabilidade socioambiental da Administração Pública, mitigando impactos negativos e promovendo o uso mais racional e sustentável de recursos públicos.

14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

14.1. Após a análise das alternativas disponíveis no mercado, conclui-se pela viabilidade da contratação de veículos em regime de locação, por se tratar da solução que melhor atende às necessidades institucionais do Ministério Público Federal no Estado do Pará.

14.2. O posicionamento favorável fundamenta-se em três pilares principais:

- ✓ **Adequação técnica** – A frota atual, composta por veículos do modelo Jeep Compass, tem se mostrado inadequada às condições precárias das estradas do interior do estado, apresentando recorrentes problemas mecânicos e elevada indisponibilidade. A locação de veículos mais robustos, como caminhonetes 4x4, permitirá maior segurança, confiabilidade e eficiência nos deslocamentos.
- ✓ **Viabilidade orçamentária** – A inexistência de recursos para investimento em aquisição de veículos novos inviabiliza a alternativa de compra. A locação, por sua vez, possibilita o

atendimento imediato da necessidade sem a necessidade de imobilização de capital, assegurando economicidade e previsibilidade nos gastos.

- ✓ **Racionalização administrativa** – A gestão da frota terceirizada, com a empresa contratada assumindo manutenção, seguros, impostos e documentação, desonera os servidores de atividades acessórias, permitindo o redirecionamento de esforços para as atividades finalísticas da instituição.

14.3. Adicionalmente, a contratação proposta contribui para atender às diretrizes de sustentabilidade socioambiental da Administração Pública, ao assegurar a utilização de veículos mais novos e eficientes, com menor impacto ambiental e correta destinação de resíduos de manutenção.

14.4. Diante desses elementos, conclui-se que a contratação é viável, necessária e vantajosa, configurando-se como a medida mais adequada para garantir a continuidade e a efetividade da atuação do MPF no Pará e demais unidades, em benefício direto do interesse público.

15 – RESPONSÁVEIS:

Presidente: **VOLNEI MARTINS FIGUEIREDO**

Membro: **ADMAR PEREIRA DE MELO**

Membro: **RENATA RAMOS VIEIRA**

Membro: **LYUITY DE SOUZA YOKOYAMA**

Belém/PA, na data da assinatura digital